

PARECER JURÍDICO

12

PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 09/2026

EMENTA: AUTORIZA A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIDORES PARA A SECRETARIA DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DO OBJETO: Submete-se a análise do Procurador Legislativo o Projeto de Lei nº 009/2026, que solicita autorização legislativa para a contratação emergencial e temporária de pessoal destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Conforme consta da justificativa do projeto, a proposição não cria nova modalidade de contratação, mas visa renovar contratações emergenciais já existentes, anteriormente autorizadas por esta Casa Legislativa por meio das Leis Municipais nº 4.450/2025 e nº 4.465/2025, cuja vigência encontra-se em vias de encerramento.

O objeto do presente projeto é assegurar os serviços públicos essenciais de saúde, evitando desassistência à população, sobretudo em razão da natureza contínua e imprescindível das atividades desenvolvidas na presente secretaria.

DA COMPETÊNCIA E DA INICIATIVA

O projeto em análise observa a competência legislativa municipal, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre organização e o funcionamento da administração municipal, conforme disciplina o art. 53 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

Não há, portanto, vício formal de iniciativa.

DA LEGALIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO

O presente projeto em análise não cria cargos efetivos, não gera estabilidade e não afronta o princípio do concurso público, pois se limita a autorizar contratações temporárias, em caráter excepcional, com fundamento constitucional expreso.

O interesse público encontra-se devidamente justificado, uma vez que a descontinuidade dos serviços de saúde poderia acarretar graves prejuízos à coletividade, violando inclusive o direito fundamental à saúde previsto no art. 196 da Constituição Federal.

DA CONFORMIDADE COM O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A exceção constitucional aplicável ao caso concreto encontra-se no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, que dispõe:

“A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.”

No caso em análise, resta evidenciado que as contratações possuem prazo determinado, destinam-se a suprir necessidade temporária e atendem excepcional interesse público, consistentes na manutenção dos serviços essenciais de saúde.

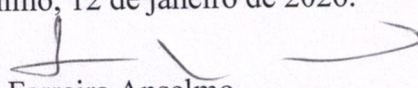
Ressaltando, que trata-se de renovação de autorizações anteriormente concedidas por esta Casa Legislativa, por meio das Leis Municipais nº 4.450/2025 e nº 4.465/2025, o que reforça a continuidade da situação excepcional, não caracterizando burla ao concurso público, desde que mantido o caráter temporário e emergencial.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, este procurador legislativo, manifesta-se favoravelmente à tramitação e aprovação do presente Projeto de Lei nº 009/2026, porquanto formal e materialmente compatível com o que disciplina o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, inexistindo óbices jurídicos à sua aprovação.

É o parecer

São Jerônimo, 12 de janeiro de 2026.


Hamilton Ferreira Anselmo

Procurador Legislativo

OAB/RS 54.004

PARECER: AUTORIZA A CONTRATAÇÃO
EMPREGUEIRAL DE SERVIDORES PARA A SECRETARIA
DA SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DO OBJETO: Submetido à análise do Procurador Legal o Projeto de Lei nº 692/2025, que autoriza a contratação empregueiral de servidores para a Secretaria da Saúde e da Outras Providências, em atendimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 4.450/2025.

Conforme consta da justificativa do projeto, a contratação tem por objeto a contratação de servidores para a Secretaria da Saúde e da Outras Providências, em atendimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 4.450/2025, cuja vigência encontra-se em vigor.

O objeto do presente projeto é regular os serviços públicos essenciais de saúde, bem como a contratação de servidores para a Secretaria da Saúde e da Outras Providências, em atendimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 4.450/2025.

DA COMPETÊNCIA E DA INICIATIVA

O projeto em análise observa a competência legislativa municipal, nos termos do art. 10, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, para dispor sobre organização e funcionamento da administração municipal, conforme dispõe o art. 5º, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

Não há, portanto, qualquer forma de inconstitucionalidade.

DA LEGALIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO

O presente projeto não cria cargos efetivos, não estabelece e não afasta o princípio da concorrência pública, pois se limita a autorizar contratações temporárias em caráter excepcional, com fundamento constitucional expresso.